



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ATO N. 17, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS EDO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista deliberação do Tribunal em sessão administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º os §§ 7º, 8º e 9º, do artigo 5º, do Ato nº 1, de 7 de janeiro de 1974, passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 7º - Os cargos de Assessor Judiciário serão providos por portadores de diploma de curso superior, em caráter transitório e de acordo com a necessidade dos serviços, cabendo ao Tribunal deliberar, quando existentes vagas, sobre a conveniência e a área do respectivo recrutamento e o número de cargos destinados à correspondente especialidade técnica, excluídos desta deliberação coletiva quatro cargos de assessoramento à Presidência do Tribunal, providos sob livre escolha, cujos ocupantes, sem prejuízo de dispensa a qualquer tempo, serão automaticamente exonerados na mesma ocasião do afastamento definitivo do Presidente que os houver escolhido.

§ 8º - Atendido o disposto no parágrafo anterior, as nomeações para os cargos de Assessor Judiciário far-se-ão sob escolha do Tribunal, em sessão administrativa, dentre nomes Indicados, sempre que possível em número superior ao de vagas, por Comissão Especial constituída pelo Plenário, composta de três Ministros e presidida pelo mais antigo. O processo seletivo atenderá às seguintes normas:

I - a Comissão recrutará, pelos meios a seu alcance, nomes capazes de merecer a indicação;

II - os membros do Tribunal também poderão sugerir nomes a Comissão;

III - a Comissão investigará as qualificações, desempenho profissional ou funcional anterior, conduta pública e privada dos candidatos, e selecionará livremente aqueles que devam ser submetidos à escolha final do Plenário;

IV - votarão todos os Ministros, considerando-se escolhido, para cada vaga, quem obtiver maior número de sufrágios.

§ 9º - O processo de recrutamento e seleção previsto no parágrafo anterior não obstará a livre exoneração, a qualquer tempo, do ocupante de cargo de Assessor Judiciário".

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

(a.) MINISTRO PEÇANHA MARTINS

PRESIDENTE